

► Inauguração do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual IFF campus Itaperuna

Maria Carolina Gomes Barbalho*, Camila Gomes**, Rodrigo***, Isabel Penha****

Resumo

Este projeto de extensão caracteriza fundamentalmente a estreia do NuGen IFF-Itaperuna. Tem como intuito articular mulheres (cis e trans), minorias sexuais, servidores, alunos do instituto, acadêmicos, profissionais de serviços, sociedade civil organizada e outros interessados em torno de discussões e ações sobre as temáticas de gênero e sexualidade, favorecendo a desconstrução de ideias hegemônicas e normatizantes sobre as mesmas. Ao mesmo tempo que visa dar visibilidade e fomentar a reflexão de questões fundamentais e ainda pouco debatidas, também visa permitir miradas sobre assuntos muito debatidos a partir de perspectivas não androcêntricas e não sexistas do mundo. Como metodologia, priorizamos a pesquisa-intervenção, que propõe mais do que “conhecer para transformar”, o “transformar para conhecer”. Os resultados descritos aqui são parciais, pois se trata da emergência de um projeto intenso cuja realidade subverteu boa parte do planejamento. As ações implantadas pelo projeto então falam da emergência das temáticas de gênero e sexualidade, agora explícitas, no âmbito da vivência de todo o alunado e dos profissionais; e da urgência com que solicitaram respostas e ainda de seu aprofundamento. Tais questões colocam interrogação sobre a atual configuração dos Núcleos de Gênero. Finalmente, falamos das possibilidades de continuidade com foco e persistência.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Núcleos de Gênero. Diversidade sexual.

* Graduada em Psicologia, Mestre em Psicologia em Social.

** Estudante do Ensino Médio Integrado ao Curso técnico de Química e Bolsista de extensão.

*** Estudante do Ensino Médio Integrado ao Curso técnico de Química e Bolsista de extensão.

**** Estudante do Ensino Médio Integrado ao Curso técnico de Eletrotécnica e Bolsista de extensão.

Introdução

Este projeto de extensão caracteriza fundamentalmente a estreia do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual do Instituto Federal Fluminense *campus* Itaperuna (NuGen). Tem como intuito articular mulheres (cis e trans), minorias sexuais, servidores, alunos do Instituto, acadêmicos, profissionais de serviços, sociedade civil organizada e outros interessados em torno de discussões e ações sobre as temáticas de gênero e sexualidade favorecendo a desconstrução de ideias hegemônicas e normatizantes sobre as mesmas. Ao mesmo tempo que visa dar visibilidade e fomentar a reflexão de questões fundamentais e ainda pouco debatidas, também visa permitir miradas sobre assuntos muito debatidos a partir de perspectivas não androcêntricas e não sexistas do mundo.

Em um país no qual a desigualdade, a iniquidade e a violência relacionadas a questões de gênero e sexualidade vêm persistindo e em alguns casos até aumentando, isto é, onde são negados ou negligenciados a cada dia mais direitos sociais, políticos e civis à maior parte de sua população, a existência de verdadeiros núcleos de resistência faz-se premente. Alguns indicadores nacionais nos dão uma ideia do quadro:

- ▶ Desigualdade de gênero (Fórum Econômico Mundial, 2015):
 - Aumento da disparidade entre homens e mulheres em relação à participação econômica e política contra uma diminuição em relação ao acesso à saúde e educação.
- ▶ Índices de violência contra a mulher (Mapa da Violência 2015)
 - Femicídios: Dados da OMS de 2013 apontam que nossa taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres nos coloca na 5ª posição internacional, entre 83 países do mundo, com taxa de crescimento considerável nos últimos 6 anos.

- Vítimas preferenciais: Meninas, mulheres e negras; jovens entre 18 e 30 anos.
- ▶ Índice de violência contra minorias sexuais e transgêneros (Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, SDH, 2013)
 - Em 2011, 6.809 violações de direitos foram registradas. Em 2012, houve aumento de 46,6%.
 - Sobreposição de violências cometidas contra essa população. Mais sérias vítimas: travestis e transexuais.
 - 326 mortes em 2014. Relatório Anual de Assassinatos de Homossexuais no Brasil (GGB, 2014).
 - Poucos registros oficiais.

Nesse sentido, a constituição de núcleos especializados nessa discussão dentro de órgãos públicos prova que o Estado de Direito está por ser construído e passa pelo trabalho corpo a corpo, cotidiano, de promoção dos princípios democráticos, isto é, passa pela incorporação de valores.

A Educação, sem dúvida, é um campo estratégico, pois se trata de promover uma mudança cultural, sendo as escolas as arenas mais profícuas sem deixar de serem, muitas vezes, as mais árduas. Sabe-se, há muito, do papel dessas instituições na reprodução social. Pierre Bourdieu mostra que a escola e todo o sistema de ensino moderno servem à manutenção dos paradigmas sociais estabelecidos, promovendo a exclusão dos diferentes e neutralizando “as diferenças”. Já Paulo Freire, oferece-nos a possibilidade de pensá-la como locus não só da reprodução, como também da transformação social, cabendo a nós a construção de políticas e estratégias que consagrem o respeito à pluralidade e promoção da equidade, como princípios fundamentais da cidadania. No nosso caso: “[a] escola é um espaço obstinado na produção, reprodução, atualização e ressignificação dos parâmetros da heteronormatividade” (JUNQUEIRA, 2012).

A proposta

A proposta a seguir baseia-se em experiências distintas de feministas que observam as inflexões das razões patriarcais no seu cotidiano e também no dia a dia escolar. Sabemos, contudo, que a indicação do atravessador gênero não subsume as experiências a que poderíamos nos dedicar. Faltam de fato estudos que apontem a pertinência de linhas de análise/intervenção para o perímetro de ação do Núcleo, a cidade de Itaperuna e regiões adjacentes. Deste modo, faz-se mister ampliar a diversidade de versões sobre o que é ser mulher, lésbica, trans, em diferentes contextos sócio-históricos e em diferentes corpos, sob diferentes aparatos de desigualação. Como um ato político disruptivo, sob premissa do “trabalhar com”, propomo-nos a compor com os grupos estratégias de resistências.

A inclusão da temática das minorias sexuais se dá na certeza de que o regime patriarcal não se desfaz sem pautarmos, simultaneamente à discussão do binarismo de gênero, o ordenamento sexual. O reflexo de tais experiências encarnadas será a composição de modos de conhecer e ensinar menos comprometidos com as versões hegemônicas e mais interessados em dar por ver a pluralidade de versões sobre como viver, conhecer, amar, resistir, etc. Assim, define-se como público-alvo principal das ações mulheres (no sentido, de uma identidade de gênero hegemônica: mulheres cis), e também pretende-se abarcar pessoas de orientação sexual e identidades de gênero não hegemônica entendendo a indissociabilidade entre estas duas questões sob o mesmo regime político de normatização e desigualação: a heteronormatividade.

As ações do núcleo visam dar visibilidade e fomentar a reflexão de questões estruturantes, mas ainda pouco debatidas – como é o caso da violência de gênero, da cultura do estupro, da feminização do trabalho, etc.; porém visam ainda permitir miradas sobre assuntos muito debatidos a partir de perspectivas não androcêntricas e não sexistas – como, por exemplo, as epistemologias e pedagogias feministas.

Por fim, nossas atividades se propõem a provocar alterações no mapa da desigualdade de gênero na nossa região tanto pelo trabalho direto

com as protagonistas deste processo como pela intenção de se transformar num articulador de referência para a formação de profissionais através de seus eventos, debates, grupos de estudos, pesquisas, etc. Portanto, trata-se de efetivamente incorporar a perspectiva de gênero, cuja radicalidade requer inúmeros outros deslocamentos de poder.

Dos muitos aportes teóricos possíveis, traremos aqui três inflexões. O gênero como categoria de análise segundo Scott (1995) não nos permite naturalizar a relação sexo-gênero: o gênero é o discurso sobre as diferenças entre os sexos, prática de ordenamento social, primeiro exercício de poder sobre nossos corpos. Dos feminismos de mulheres negras, lésbicas e do terceiro mundo endossamos a crítica à universalidade da forma de opressão denunciada pelo feminismo liberal, apontando outras opressões concomitantes como a de classe e de raça. A ideia de interseccionalidade (BRAH, 2004) desmancha as categorias sociais prontas e considera a experiência coletiva como campo de possibilidades de fixação de significados antes dispersos num processo articulatório de sentido comum a partir relações de reciprocidade identitária. A pluralidade como premissa ética requer não uniformizar as experiências singulares, em distintas realidades, distintos corpos, se não criar condições para uma comunalidade, aposta provisória de resistência. Por sua vez, Fernandez (2009) nos questiona sobre o próprio estatuto das diferenças nas abordagens inclusivas modernas: Não há diferenças, senão diferenças desiguadas. “[E]n el mismo movimiento en que se distingue la diferencia, se instituye la desigualdad. (...) Se sostienen así muchos siglos de dispositivos de discriminación, exclusión, estigmatización o exterminio¹.” Tratar-se-ia não de descrever de modo essencialista as diferenças senão de elucidar os dispositivos biopolíticos de (re)produção destas diferenciações-desigualações. No nosso caso, portanto, incorporar a perspectiva de gênero implica entender a historicidade, os efeitos de poder e as pluralidades (não-)enunciadas nas distintas experiências sob o signo do gênero na nossa realidade (locais,

¹Tradução: “No mesmo movimento em que se distingue a diferença, se institui a desigualdade. (...) Sustentam-se assim muitos séculos de dispositivos de discriminação, exclusão, estigmatização ou extermínio.”

interseccionais), bem como tensionar a relação entre mover uma ação de “inclusão” pela “diferença” sem criar novos dispositivos de desigualação pela desqualificação de saberes e práticas, isto é, colocando-se sempre em análise o aparato que utilizamos.

Metodologia

Antes de partir à descrição dos dispositivos efetivos em que traduzimos essas ideias mais caras, é necessário apresentar alguns princípios ético-metodológicos. Entendemos que um trabalho com problemáticas tão importantes para nossa sociedade e ainda com tanto no que avançar não poder ser efetivo se não cumprir algumas exigências. Seriam estas:

- (a) Favorecer o protagonismo e ações locais.

Este certamente é a maior desafio. Há que se priorizar a ação de protagonistas nesse processo, qual sejam: mulheres e minorias sexuais a partir de suas experiências cotidianas.

- (b) Favorecer a composição da rede, construção coletiva, o “trabalhar com”.

Através das atividades propostas, temos por objetivo essencial mapear e/ou constituir uma rede de atuação local que possa conhecer/intervir apropriadamente na realidade da região. Ao convocarmos a metodologia do “trabalhar com” queremos nos distanciar da proposição de intervenção como instauradora de uma dinâmica de poder segundo a qual alguns sabem (sujeitos da ação) e outros não (objetos da ação). Entendemos que este é um processo de se constituir juntos a partir de problemáticas que não estão dadas de antemão; assim, a reflexão sobre as implicações no processo tanto do “público-alvo” quanto do “proponente” serão sistematicamente convocadas.

- (c) Favorecer análises interseccionais.

É fundamental pensar a intersecção entre gênero e outras problemáticas como classe, raça, etnia, origem urbana ou rural, regionalismo, orientação sexual, etc. Por isso, é necessário favorecer a articulação com NEABI (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas) e com movimentos sociais da região.

A aposta político-metodológica

Para tanto, escolhemos trabalhar com a pesquisa-intervenção. Esta é uma perspectiva de análise e problematização qualitativa criada pela psicologia brasileira contemporânea a partir de referências institucionalistas. Como uma metodologia participativa, pressupõe que todo ato de conhecimento é em si um ato político que dispõe inexoravelmente o pesquisador (e seus conceitos) no mundo, i.e., sem qualquer neutralidade ou objetividade. Cabe a este, portanto, colocar esta implicação em análise. A originalidade na pesquisa-intervenção, no entanto, está na radicalidade da assumpção desta interferência não como algo a ser superado, mas como algo a ser apropriado (ROCHA & AGUIAR, 2003).

A pesquisa afirma, assim, seu caráter desarticulador das práticas e dos discursos instituídos (...) substituindo-se a fórmula “conhecer para transformar” por “transformar para conhecer” (COIMBRA, 1995 apud ROCHA & AGUIAR, 2003).

Sendo assim, a proposta é criar dispositivos de análise da vida dos grupos na sua diversidade qualitativa, e isto significa que esta proposição investigativa tem como alvo o movimento, as rupturas, que as ações individuais e coletivas imprimem no cotidiano. Os processos na pesquisa-intervenção produzem permanentemente a realidade da

qual cada um de nós e os diferentes grupos são um modo de expressão (ibid.). O entrelaçamento entre o que está sendo investigado e o modo de investigar se colocam como aspecto marcante, sinalizando momentos analiticamente distintos, porém inseparáveis, do ato da pesquisa. Esta também é uma aposta ética à medida que coloca sempre em questão a ação de pesquisar como criadora de mundos (ao invés de desveladora de verdades preexistentes) e convoca os pesquisadores a atuarem a partir de suas implicações (e poderes), portanto compromissados pela criação de mundos; no nosso caso, de mundos mais plurais e menos desiguais.

A partir desses princípios, po'demos destacar que os objetivos do Núcleo seriam:

- Promover redes de articulação entre grupos vulnerabilizados. Dar visibilidade às lutas feministas e LGBTQs na região.
- Promover ações (estudos, debates, eventos) para o conhecimento das perspectivas sobre gênero e diversidade sexual.
- Promover ações para formação dos professores e servidores em geral da comunidade interna sobre a perspectiva de gênero e diversidade sexual ajudando a tirar esses temas do lugar do silenciamento e naturalização no âmbito escolar.
- Propor pesquisas sobre o perfil da população da região a partir de indicadores que digam respeito às diferenças produzidas pelas questões de gênero e sexualidade; bem como levantamentos para reconhecimento da comunidade interna a partir destes marcadores também.
- Divulgar os resultados de suas ações nos âmbitos acadêmicos e institucionais.
- Orientar a construção de acervos bibliográficos, filmográficos, etc. sobre as temáticas.
- Promover articulação com Centros Acadêmicos voltados para as temáticas e outros Núcleos de Gênero.
- Levantar materiais didáticos disponíveis, bem como metodologias divulgadas para trabalho com o tema.

- Promover reflexões e ações sobre temas como: sistemas de gênero, feminismo, feminilidades, masculinidades, relações de poder, desigualdade de gênero, preconceito e discriminação, interseccionalidade, violência de gênero, feminicídio, homofobias, relações econômicas, divisão sexual do trabalho, maternidade, paternidade, relações em saúde, práticas de cuidado e práticas de riscos, políticas afirmativas, garantia de direitos, etc.
- Priorizar análises que levem em conta a interseccionalidade e o multiculturalismo. A partir delas, promover primordialmente a interação com outros núcleos de pesquisa/formação/intervenção, como o NEABI.
- Promover ideias e motivar ações para o respeito à diversidade.
- Promover mudanças na relação com o conhecimento: a revisão historiográfica das disciplinas e a incorporação de perspectivas e conteúdos interseccionais não androcêntricos; motivar pesquisas sobre conteúdos relativos às temáticas e também a partir de perspectivas epistemológicas feministas, tais como as abordagens situadas.

E a partir destas proposições fundamentais, seguem-se os dispositivos de pesquisa-intervenção:

- Cursos/Oficinas na perspectiva da pesquisa-intervenção: ações diretas com grupos de mulheres cis, e também com grupos de gays, lésbicas, transexuais e transgêneros que visem à identificação de problemáticas específicas desses grupos (pesquisa) e promovam seu empoderamento (intervenção). Ou seja, ampliar a diversidade de versões sobre o que é ser mulher, lésbica, gay, trans, em diferentes contextos reais da região, sob diferentes aparatos de desigualação. Também oferecê-los a educadores formados ou em formação para que possam ser multiplicadores dessa ótica.
- Grupo de Estudos e Reuniões de Equipe

- Eventos semestrais: A) Evento em respeito à diversidade sexual B) Evento de visibilização das ações do NuGen e de outras ações locais comprometidas com a temática de gênero, inclusive para o público-interno.
- Registros: A) Diário de campo
- Página em Rede Social
- Dossiê NuGen

Resultados, desenvolvimento e discussão

Todos os resultados que iremos descrever aqui são incrivelmente parciais; podemos dizer que foram um primeiro passo na direção da efetivação deste projeto. Decidimos explicitar a discussão de sua execução em dores e delícias, pontos positivos e negativos, superando nossas frustrações de não ter conseguido fazer boa parte do que gostaríamos e buscando sempre a pergunta “o que tudo isso diz sobre a realidade de trabalhar com gênero e sexualidade na extensão da Educação Básica?”. Então, sob o esforço de “despessoalizar” nosso percurso, assumimos a responsabilidade de trazer nossa história, analisando sempre nossa implicação no que ela diz das questões que nos atravessam enquanto sujeitos e instituições. Segue a apresentação das ações realizadas e sua discussão.

Ações intervenientes

A emergência das questões relativas a gênero e sexualidade no *campus* certamente fugiram a qualquer planejamento. Começamos o ano com ações relativamente planejadas: seleção e formação de bolsistas, a articulação com gestão e outros servidores da escola e a inauguração do NuGen junto ao NEABI. Desde então, marcamos para a escola a integração desses núcleos e a necessidade conjunta de se institucionalizar, isto é, constituir-se para além de projetos pessoais. Deixamos nossa contribuição de maneira contundente com intervenções artísticas – a performance de dança “I born this way”, as videointervenções “Qual

o meu feminismo?”, “Trocando as bolas” e “Antropofagia feminista“, realizadas pelos bolsistas, a esquete “Menino brinca de boneca?”, realizada junto ao grupo teatral Parada Artística –, com a criação do jornal-mural “Jornal-Muro NuGEN -NEABI” e sua versão digital, e com a composição da mesa-redonda de abertura com o debate “Gênero e escola: muitas pedagogias”.

No entanto, com a iminência do núcleo, algumas temáticas a serem debatidas foram sendo trazidas pelos alunos, como a discussão sobre a sexualidade das meninas (e sua repressão), as múltiplas identidades de gênero e a homofobia. Não poderíamos nos furtar à ação e assim marcamos nossa disposição respectivamente com as intervenções “Manda Nudes?”, “Com que roupa, com que roupa eu vou?” e “Cara-cara: ache seu par”. Todas essas dinâmicas de grupo foram inventadas pelos integrantes do núcleo e duas delas depois reaplicadas a convite de uma outra escola. Houve ainda uma palestra sobre gênero e sexualidade para os alunos com alunas de graduação da UFF de Santo Antônio de Pádua e da Fundação São José. As temáticas de gênero também foram assuntos recorrentes nas aulas de Português e Literatura, e Sociologia.

Já a Semana Acadêmica, como o maior evento do *campus*, não poderia deixar de ser aproveitada. Assim propusemos várias atividades, algumas em parceria com o NEABI: uma comunicação oral apresentada pelos bolsistas e intitulada “Somos criados para sermos o que a sociedade quer que sejamos?”; uma intervenção performática dos alunos sobre a pluralidade das identidades de gênero; uma oficina sobre a beleza negra e artefatos como turbante e tererê chamada “Meu cabelo é bom, ruim é seu racismo!”, protagonizada por integrantes do movimento de mulheres negras Coletivo Negro; uma oficina sobre interseccionalidade, de nome “Privilégios Sociais: quais são os meus?”, com a participação dos funcionários terceirizados; a participação no minicurso “Educação para Relações Étnico-raciais” proposto pelo NEABI com o tópico “Gênero e raça: interseccionalidade e a história do feminismo negro”; e na culminância com o desfile de belezas negras sob o tema “Ubuntu: o movimento negro no mundo”,

quando houve uma homenagem às funcionárias negras no *campus*, muitas na condição de terceirizadas e pouquíssimas na condição de servidoras; elas abriram o desfile.

Como efeitos dessa semana, fomos convidados a participar também no IFF *campus* Maricá do I Afro IFF, com a oficina de turbantes e tererê, e lá então problematizamos a questão do etnocentrismo das definições de belo junto a suas alunas.

Houve ainda nossa participação na Mostra de extensão obviamente. E, como evento final, realizamos a Mostra de Cinema Mulheres e Direitos Humanos, que tentou sintetizar os debates propostos em exibições de longas e curtas-metragens durante os três turnos e abarcando o máximo de público da escola. Vale observar aqui que para realizar esses debates infelizmente dependemos da parceria dos professores, que muitas vezes não compreendem a importância dessa discussão, o que sinaliza a necessidade de um trabalho de aproximação maior dos mesmos.

Articulações externas

No campo externo, não conseguimos ir muito longe. Realizamos, como já foi informado, duas atividades em escolas privadas com adolescentes com relativo sucesso. Tentamos a abertura em uma escola estadual de Ensino Médio. A princípio, apresentamos a discussão sobre gênero e sexualidade que baseia esse projeto à equipe, que, seja por inabilidade dos palestrantes ou por tabus internalizados, resistiu muitíssimo à investida e daí não conseguimos passar. Outro insucesso se deu junto à Secretaria de Assistência Social, onde fomos tentar articular a ação em dois Centros de Referência em Assistência Social. Segundo a secretaria, no entanto, só poderíamos realizar o trabalho se fosse em todos eles, já que havia uma deliberação interna de não se fazer distinção entre os serviços oferecidos em cada um. Obviamente, não teríamos condições neste primeiro momento para realizar a ação nesses termos e assim adiamos nossa programação. Antes disso, havíamos ainda tentado

o contato com o CIAM (Centro Integrado de Atendimento à Mulher), que atende principalmente mulheres vítimas de violência doméstica, e, apesar da sua pronta disponibilidade em realizar a parceria, este serviço estava desparelhado, sem sala e sem funcionários.

Assim, principalmente pela ineficácia da articulação com a Secretaria de AS e com o CIAM, a principal ação voltada para o conhecimento da realidade das mulheres na região foi a mais prejudicada. Contabilizamos como ações importantes para este mútuo conhecimento a ação do Coletivo Negro, grupo do movimento negro encabeçado por mulheres, que realizou uma conversa com as alunas do IFF na ocasião da oficina de turbantes; já, durante a Mostra de Cinema e Direitos Humanos, na ocasião da exibição de um filme sobre a cultura cigana, houve uma intervenção de Christiane, falando sobre a cultura de seu povo particularmente em relação às mulheres e a instituição do casamento. Ainda, as atividades nas escolas articulando a discussão sobre gênero e mídia, deram-nos pouco a conhecer sobre a juventude, sexualidade, preconceitos e vivências de seus corpos. Neste contexto, pudemos avaliar como a cultura jovem de classe média se coloca a partir dos imperativos da Sociedade do Espetáculo (Guy Debord) e ainda entender como funciona para eles, meninos e meninas, as questões de gênero aí implicadas. Fomos ainda convidados a participar na condição de palestrante do evento “História das mulheres e o feminismo: a construção de uma identidade”, realizado na Fundação São José para os cursos de graduação, organizado pelas próprias alunas; aí, encontramos uma juventude feminina buscando tomar as rédeas e ativamente conhecer mais estas discussões que interferem diretamente em suas vidas. A partir deste, realizaremos em 2016 um minicurso neste mesmo espaço.

As atividades que mobilizaram as funcionárias terceirizadas também foram de extrema relevância. Situados em um limbo, os funcionários terceirizados em geral (e todos nós) nunca sabem de fato se fazem ou não parte da escola. Por vezes, são convocados a ocuparem espaços como qualquer outro trabalhador do Instituto, por outras são disfarçadamente colocados para lá dos muros simbólicos, seja pela “natureza” de seus serviços (majoritariamente limpeza e manutenção,

atividades socialmente desvalorizadas), seja pela precariedade do seu vínculo com a instituição. Deste modo, a relação direta com essas mulheres fez-nos refletir sobre algo que nos une, como a condição de mulheres, a violência de gênero e a divisão sexual do trabalho, por exemplo, e vários algos que nos separam: condições de trabalho, de moradia, de vida mesmo precarizadas a partir de sua generificação, de sua cor, de sua classe social, etc.

Nenhuma luta se trava sozinho

Entre as satisfações que devieram deste trabalho, estão as parcerias constituídas, nomeadamente com o NEABI e o grupo de teatro do Parada Artística. Gostamos de crer que as ações progressistas sempre se encontram. Nesse sentido, boa parte de nossas ações foram divididas com o NEABI, contando já com a divisão de boa parte da equipe que integra os dois projetos e enriquecendo as versões do que é ser mulher e do que é ser negro.

Com o Parada Artística, a união foi igualmente muito fecunda. O grupo logrou traduzir por algumas vezes nossos questionamentos, atuando como nunca na problematização das questões. Junto ao grupo, também na composição dos espetáculos, pudemos discutir com os alunos-artistas as inflexões de gênero e sexualidade em sua atuação. E foi curioso acompanhar como elas e eles foram se apropriando do tema. Por ocasião da segunda apresentação do esquete “Meninos brincam de boneca?”, houve uma mudança de direção na finalização, na qual atrizes e atores diziam como os imperativos de gênero atuavam em sua vida. Foram todos muitos aplaudidos obviamente.

Extensão ou intensivão?

Poderíamos supor que a dificuldade de deixar os muros de campus baseia-se numa falta de clareza do que seja a extensão. Muitas vezes se

observa a confusão entre as atividades com esta finalidade e as atividades extracurriculares em geral. Contudo, queremos entender que não é este o caso. O projeto era claro em suas pretensões extensionistas e todas as ações foram pensadas para tal. No esforço avaliativo, salta-nos a profusão das intervenções não planejadas. A demanda de organização interna tanto de estudantes quanto de servidores era crescente. Para dar uma ideia, até entre os servidores houve relatos de discriminação de gênero em relação ao trabalho que se acreditava não ser “de mulher”. Assim, mantendo objetivos e princípios em mente, fomos obrigadas a adaptar nossa metodologia a esta imanente convocação. Precisávamos atender a esta demanda, apesar de os planos apontarem numa outra direção.

As questões referentes a gênero e sexualidade são tão prementes em nossa escola e os aparatos para colocá-la em discussão tão escassos que deveríamos nos questionar sobre a quem pertence esta responsabilidade. No âmbito político brasileiro, com o avanço do conservadorismo, cada vez mais perdemos espaço, vide a querela em torno da existência dessas temáticas nos planos nacional, estaduais e municipais de Educação. Será que cabe aos recém-implantados Núcleos de Gênero, que nascem atrelados à extensão, propor a formação dos servidores, profissionais em geral, inclusive da gestão, sobre estas temáticas? Cabe aos núcleos a intervenção e o suporte junto aos alunos? Acreditamos que sim, mas para isso precisamos de avanços na conformação desses núcleos em cada unidade.

Uma das implicações negativas da atual configuração tem a ver com a dificuldade ainda encontrada de se instituir (sem desconfiança ou resistência) um espaço na agenda de atividades dos servidores, principalmente de técnico-administrativos que têm jornada fixa, pois, infelizmente, a extensão ainda é vista como uma atividade suplementar às “verdadeiras atividades da escola”. Esse foi o drama principal dos funcionários que atuavam com a jornada de trabalho flexibilizada, para os quais não se tem ainda uma resolução diretiva em relação à sua atuação na extensão. Outra seria esta confusão nas responsabilizações. Qual a função dos núcleos e seus integrantes no espaço escolar?

Considerações e perspectivas

Se foi possível concluir algo com este primeiro ano de projeto é que o trabalho com essas temáticas é urgente sobretudo dentro dos muros do IFF. Junto a isto, indagamos também qual seria o melhor modo deste trabalho se articular com a extensão. **Precisamos pensar que formato queremos para os núcleos.** Até obtermos essas respostas, observamos que a discussão sobre gênero e sexualidade foi aprofundada na escola; deparamo-nos com uma demanda renovada por formação a partir das problematizações que se deram, inclusive em questões referentes a gênero e formação tecnológica. Na dificuldade de articulação com a comunidade externa, observamos alguma restrição nos serviços de atenção à mulher na localidade, limites na composição de coletivos feministas e que precisamos de mais disposição para fazer estas relações vingarem, para incentivar mobilizações, e então constituirmo-nos como parte dessa rede.

Mas para tanto precisaremos de tempo. Hoje, podemos dizer: a constituição dos núcleos é um projeto grandioso – como não poderia deixar de ser – e para tantas realizações, mais do que idealizações, precisaremos de tempo e persistência. Portanto, é preciso continuar; enfatizar a importância da extensão na formação do alunado e na devolução para a sociedade. Esta relação mantém a escola viva. Se com todas as dificuldades, já houve transformação, imaginemos o que poderemos mais tarde?

Como resposta a alguns dos equívocos, no ano de 2016, o projeto vem se focando então em oficinas de debate a partir do cinema com a população de estudantes de saúde, sabendo que ela forma um importante grupo de agentes na região. E tomará também uma linha de ação na periferia, junto a jovens, em encontros dinâmicos que visam discutir gênero, sexualidade e relações étnico-raciais em mais uma parceria com o NEABI.

Referências

BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.26, jan./jun.: 329-376, 2006.

BRASIL. *Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil*, 2013.

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 29, n. 103, Aug. 2008.

FERNÁNDEZ, Ana María. Las diferencias desigualadas: multiplicidades, invenciones políticas y transdisciplina. *Nómadas* (Col), n. 30, p. 22-33, 2009. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=105112060003>>.

GRUPO GAY DA BAHIA, Relatório Anual de Assassinatos de Homossexuais (LGBT) no Brasil. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2015/01/relatc3b3rio-2014s.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. pp. 71-99, 1995.

ROCHA, Marisa; AGUIAR, Katia. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. [Versão eletrônica]. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 23(4), 64-73, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000400010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015. Homicídio de Mulheres no Brasil [Internet]. Brasília: FLACSO; 2015. 79 p. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2015.

WORLD ECONOMIC FORUM. The Global Gender Gap Report 2015, 2015. Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2015/>>. Acesso em: 14 abr. 2015.